

O PAPEL DO INTÉRPRETE NA ESCOLARIZAÇÃO DO ALUNO SURDO

VICENTE, Sueleni Michelin¹

FERREIRA, Rosângela Aparecida Araújo²

RESUMO

O intérprete de língua de sinais é um profissional presente em vários locais da sociedade devido à lei da acessibilidade. A escola é o ambiente onde mais vemos este profissional, mas infelizmente ele ainda não é reconhecido e pouco se sabe sobre ele e, portanto, a confusão de papéis é frequente. Ser intérprete vai além do ato interpretativo entre línguas. Este artigo tem a finalidade de enfatizar qual o papel do intérprete no processo de escolarização do aluno surdo. O intérprete não é um professor, mas faz parte da educação dos surdos, sendo assim, é um profissional que está construindo sua identidade.

PALAVRAS-CHAVE

Inclusão do aluno surdo; papel do intérprete em Libras

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas três décadas, os estudos acerca dos intérpretes de língua de sinais se tornaram alvo de grandes debates em meio à educação brasileira. De acordo com o Programa Nacional de Apoio a Educação de Surdos (2007) a história da profissão intérprete de língua de sinais teve seu início, no Brasil, a partir da década de 1980 em trabalhos religiosos. O I Encontro Nacional de Intérpretes de Língua de Sinais organizado pela FENEIS foi realizado em 1988, propiciando assim pela primeira vez, o intercâmbio entre alguns intérpretes do Brasil e a avaliação sobre a ética do profissional intérprete (FENEIS, 2000).

A formação do intérprete de Libras tem sido ofertada em nível de pós-graduação. O intérprete deverá sempre estar se aprimorando, se possível, frequentando cursos de capacitação e outros eventos que venham colaborar para o seu aperfeiçoamento profissional e na aquisição de conhecimentos sobre a cultura surda. Segundo Quadros (2004 p. 27, 28):

¹ Pós-Graduada em LIBRAS pela Faculdade Integradas Regionais de Avaré - FIRA

² Professora Orientadora da Faculdade Integradas Regionais de Avaré - FIRA

Intérprete de Língua de Sinais é o profissional que domina a língua de sinais e a língua falada do país e que é qualificado para desempenhar a função de intérprete [...] precisa ter qualificação específica para atuar como tal. Isso significa ter domínio dos processos, dos modelos, das estratégias e técnicas de tradução e interpretação. O profissional intérprete também deve ter formação específica na área de sua atuação (por exemplo, a área da educação).

O intérprete é a pessoa em que o surdo mantém extrema confiança, tanto profissional como pessoal. Devendo ser uma pessoa íntegra e cumprir somente com o seu papel de interpretar priorizando sempre em sua prática a ética. Independente de seus conceitos e valores pessoais o intérprete deverá sem preconceito interpretar em locais como: grupo de conscientização de homossexuais e em eventos religiosos e também deverá manter sigilo quando for acompanhar o surdo não devendo revelar seu nome e o local aonde foi designado para atuar, e por ser a voz do surdo e do ouvinte deverá manter sempre sua neutralidade diante de qualquer situação.

O intérprete precisa ser um profissional ético tanto com os surdos como com os seus colegas de profissão. Devendo estar sempre pronto a apoiar o próximo e estar disposto para o trabalho em equipe e precisa ter expressão facial para que o surdo possa entender melhor a situação e, principalmente, ter postura, ou seja, não atuar de forma exagerada com o intuito de chamar a atenção. Os autores Marques e Oliveira ressaltam:

Ser Intérprete de Língua de Sinais é muito mais do que ser identificado pela língua que fala, muito mais do que estar presente nas comunidades surdas ou ainda estabelecer um elo entre mundos lingüísticos diferentes. Ser Intérprete é conflitar sua subjetividade de não surdo e surdo, é moldar seu corpo a partir da sua intencionalidade, reaprender o universo do sentir e do perceber, é uma mudança radical onde a cultura não é mais o único destaque do ser. (MARQUES; OLIVEIRA, 2009 p. 396, 397).

A atuação do profissional intérprete é de grande importância para a inclusão da pessoa surda em nossa sociedade. No entanto, essas novas perspectivas de inclusão para o surdo apontaram novas necessidades indo muito além de apenas difundir a Língua Brasileira de Sinais e formar intérpretes. Pois a oficialização da Libras em 2002 tornou definitivamente o sujeito surdo ativo e participativo na sociedade com direitos e deveres específicos defendidos por lei e foi o marco do surgimento legal de um novo mercado de trabalho carente de mão-de-obra a nível nacional, a de tradutor e intérprete de Libras.

O foco deste trabalho não é simplesmente abordar a atuação do Intérprete de Libras, pois sabemos que a lei já deixa isso bem claro, mas destacar qual o papel do intérprete no processo de escolarização do aluno surdo. Assim, este estudo tem como finalidade identificar

na política de inclusão o papel do intérprete no processo de escolarização do aluno surdo, bem como descrever esse papel, por meio de relatos encontrados na literatura.

Para elaboração deste trabalho a metodologia será a pesquisa bibliográfica, que segundo Fonseca:

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

A pesquisa será desenvolvida a partir de literaturas especializadas, como leis, (Lei nº. 10.436 de 24 de abril de 2002, Lei nº. 12.319 de 1º de setembro de 2010), decretos, pareceres e outros documentos e bibliografias, suportes relacionados à política de inclusão e o papel do intérprete no processo de escolarização do surdo.

Também serão descritos alguns relatos de intérpretes encontrados na literatura, contando sua prática em sala de aula. Os autores que darão suporte nessa pesquisa serão: QUADROS (2004 e 2008); LACERDA (2002, 2004, 2006, 2008 e 2009); MARQUES (2009); por fim, será realizada análise dos relatos, dando ênfase à prática do intérprete e seu papel no processo de escolarização do aluno surdo.

2. A POLÍTICA DE INCLUSÃO DO ALUNO SURDO

A partir da Declaração de Salamanca (1994), o movimento de inclusão teve como meta não deixar nenhum aluno fora do ensino regular, desde o início da escolarização, propondo que a escola é quem deve se adaptar ao aluno. Inclusão, nesse contexto, implica o compromisso que a escola deve assumir de educar cada criança. Assim, a proposta de inclusão se propõe a contemplar a pedagogia da diversidade, ou seja, todos os alunos deverão estar dentro da escola regular, independentemente de sua origem social, étnica ou lingüística. E está proposta de educação para todos que insere o intérprete de língua de sinais na sala de aula, pretendendo, assim, garantir ao surdo a aquisição dos conteúdos escolares na sua própria língua.

As dificuldades de comunicação dos surdos são bastante conhecidas na realidade brasileira. Algumas leis foram criadas no sentido de propiciar ao aluno surdo, que frequenta uma escola de ouvintes, o acompanhamento por um intérprete de língua de sinais. Garantem esse direito as seguintes leis: Lei nº 10.436, 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a língua de

sinais brasileira, e o Decreto nº 5.626/05, que regulamenta as Leis nº 10.098/94 e nº 10.436/02 e orienta ações para o atendimento à pessoa surda.

A legislação representou um passo fundamental no processo de reconhecimento e formação do profissional intérprete de língua de sinais, bem como, sua inserção oficial no mercado de trabalho. No entanto, segundo Lacerda (2006, p.175):

[...] a presença do intérprete de língua de sinais não é suficiente para uma inclusão satisfatória, sendo necessária uma série de outras providências para que o aluno surdo possa ser atendido plenamente: adequação curricular, aspectos didáticos e metodológicos, conhecimentos sobre a surdez e sobre a língua de sinais, entre outros.

A política de inclusão do aluno surdo deve-se levar em conta uma educação pensada para o Surdo, sua cultura, sua identidade. Entretanto, para uma educação inclusiva efetiva, precisa conhecer o seu público e permitir o seu desenvolvimento conforme suas necessidades e limitações. De acordo com Strieder e Zimmermann (2013, p. 146):

A inclusão exige uma mudança de mentalidade e de valores nos modos de vida e é algo mais profundo do que simples recomendações técnicas, como se fossem receitas. Requer complexas reflexões de toda a comunidade escolar e humana para admitir que o princípio fundamental da educação inclusiva é a valorização da diversidade, presente numa comunidade humana.

Para Aranha (2000, p.38), a inclusão é compreendida como um princípio mediante o qual se “reconhece e aceita a diversidade, na vida em sociedade”, percebendo-se que as diferenças são originárias da essência humana. Dessa maneira, é indispensável desenvolver ações que promovam uma escola de qualidade para todos, dentro dos princípios da diversidade, lutando contra a exclusão escolar, garantindo a sistemática de ações que viabilizem a edificação da cidadania.

3. A ATUAÇÃO DO INTÉRPRETE NA INCLUSÃO DO ALUNO SURDO

O início da atuação do intérprete de Libras era informal, ou seja, pais ou membros da família das pessoas surdas faziam essa função. O intérprete de Libras surgiu devido a necessidade da comunidade surda de possuir um profissional que auxiliasse no processo de comunicação com as pessoas ouvintes. Porém, para que isso ocorresse de modo formal foi necessário que a Língua Brasileira de Sinais fosse oficializada.

Atualmente há leis em vigor que regulamentam a profissão e determinam a formação desse profissional. Uma dessas leis é a LEI Nº 12.319 de 01.09.2010 que regulamenta a profissão de Tradutor e Interpretador de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Porém, qual a

função do intérprete? É realizar a interpretação de uma dada língua de sinais para outro idioma, ou deste outro idioma para uma determinada língua de sinais. O intérprete de Libras é o profissional que domina a língua de sinais e a língua falada do país e que é qualificado para desempenhar a função.

A necessidade de intérpretes tem aumentado consideravelmente devido as comunidades surdas estarem interagindo cada vez mais com as comunidades ouvintes. Assim o profissional intérprete pode atuar em quaisquer ambientes onde estiverem surdos presentes para possibilitar o acesso à informação e à cidadania, garantidos por lei.

O intérprete de Libras tem a função de ser o canal comunicativo entre o aluno surdo, o professor, colegas e equipe escolar. Salientamos que o intérprete educacional vem conquistando seu espaço. Quadros (2004, p. 59) explica que “o intérprete educacional é aquele que atua como profissional intérprete de língua de sinais na educação”. Já Lacerda salienta que:

O intérprete de Língua de Sinais é uma figura pouco conhecida no âmbito acadêmico. Os estudos existentes no Brasil e no cenário mundial são escassos, tanto no que diz respeito ao intérprete de maneira ampla, quanto a pesquisas que remetam ao intérprete educacional especificamente. (2004, p. 01)

O intérprete em sua atuação deve ter clareza da dicotomia entre uma interpretação meramente automática, ou seja, o professor fala e ele interpreta, de uma significativa onde o ensino-aprendizagem é levado em consideração, pois isso envolve muito mais a sua atuação em sala de aula e que o força a encarar vários desafios.

Outro fator importante para destacar em relação ao intérprete de Libras é que sua atuação em sala aula demanda que o mesmo tenha domínio de várias áreas do conhecimento para fazer a tradução do conteúdo de acordo com a professora da sala está ensinando.

No entanto, promover a inclusão, não significa, apenas, permitir que o aluno surdo adentre em uma escola regular, mas, sobretudo, garantir que lhe sejam oferecidas condições de aprendizagem, desenvolvimento social, cognitivo e afetivo, por ele ser sujeito de direitos e cidadão.

3.1 O Papel do Intérprete no Processo de Escolarização do Aluno Surdo

De acordo com o artigo 6º da Lei nº 12.319/2010, estas são as atribuições do tradutor e do intérprete de LIBRAS, no exercício de suas competências:

- I - efetuar comunicação entre surdos e ouvintes, surdos e surdos, surdos e surdos-cegos, surdos-cegos e ouvintes, por meio da Libras para a língua oral e vice-versa;
- II - interpretar, em Língua Brasileira de Sinais - Língua Portuguesa, as atividades

didático-pedagógicas e culturais desenvolvidas nas instituições de ensino nos níveis fundamental, médio e superior, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares;

III - atuar nos processos seletivos para cursos na instituição de ensino e nos concursos públicos;

IV - atuar no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades-fim das instituições de ensino e repartições públicas; e

V - prestar seus serviços em depoimentos em juízo, em órgãos administrativos ou policiais.

Como se pode observar, a contribuição do intérprete na inclusão dos surdos na sociedade se dá pelo fato dele ser mediador na comunicação destes com outras pessoas, inclusive entre os próprios surdos, pois nem todo surdo é usuário da língua de sinais brasileira. Pode ser que o surdo não seja brasileiro, conseqüentemente, ele terá outra língua de sinais. Há também o caso de alguns surdos oralizados, que preferem usar a voz, em parceria com a leitura labial, para se comunicar.

Realizar a interpretação da língua falada para a língua sinalizada e vice-versa observando os seguintes preceitos éticos:

a) confiabilidade (sigilo profissional);

b) imparcialidade (o intérprete deve ser neutro e não interferir com opiniões próprias);

c) discricção (o intérprete deve estabelecer limites no seu envolvimento durante a atuação);

d) distância profissional (o profissional intérprete e sua vida pessoal são separados);

e) fidelidade (a interpretação deve ser fiel, o intérprete não pode alterar a informação por querer ajudar ou ter opiniões a respeito de algum assunto, o objetivo da interpretação é passar o que realmente foi dito). Quadros (2004, p. 28)

Muitas vezes por falta de conhecimento a escola, delega ao intérprete responsabilidade que não condiz com o seu papel de intérprete. Lacerda (2004, p.3) destaca:

Em relação ao papel do intérprete em sala de aula, se verifica que ele assume uma série de funções (ensinar língua de sinais, atender a demandas pessoais do aluno, cuidados com o aparelho auditivo, atuar frente ao comportamento do aluno, estabelecer uma posição adequada em sala de aula, atuar como EDUCADOR frente a dificuldades de aprendizagem do aluno) que o aproximam muito de um educador. [...] ele deva integrar a equipe educacional, todavia isso o distancia de seu papel tradicional de intérprete gerando polêmicas.

Portanto, o papel do intérprete em sala de aula é servir como tradutor entre pessoas que compartilham línguas e culturas diferentes. Essa atividade exige estratégias mentais na arte de transferir o conteúdo das explicações, questionamentos e dúvidas, viabilizando a participação do aluno em todos os contextos da aula e fora dela, nos espaços escolares. Lacerda (2008) afirma que:

Não se trata de o IE substituir o papel do professor. O professor é responsável pelo planejamento das aulas, por decidir quais são os conteúdos adequados, pelo desenvolvimento e pela avaliação dos alunos, todavia o IE conhece bem os alunos surdos e a surdez e pode colaborar com o professor sugerindo atividades, indicando processos que foram mais complicados, trabalhando em parceria, visando a uma inclusão mais harmoniosa dos alunos surdos. (LACERDA, 2008, p.17)

Assim, o intérprete deve se conscientizar de que ele não é o professor, e em situações pedagógicas não poderá resolver, limitando-se as funções comunicativas de sua área. Seu contato com os alunos surdos não poderá ser maior que o do professor de sala. O interprete é o canal comunicativo entre os surdos e as pessoas que lhe cercam. Seu papel em sala de aula é servir como tradutor entre pessoas que compartilham línguas e culturas diferentes como em qualquer contexto tradutório que vivenciou ou vivenciará. Em uma sala de aula onde há alunos surdos e ouvintes, um intérprete de língua de sinais, obviamente oportuniza situações antes impensáveis em sua ausência. Reconhece-se seu valor, sua importância, no entanto esse profissional não soluciona o problema da inclusão escolar do surdo.

4. RELATOS DE INTÉRPRETES SOBRE O PAPEL NA ESCOLARIZAÇÃO DO ALUNO SURDO

O intérprete vem conquistando seu espaço desde o reconhecimento da Libras através da Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, regulamentada pelo Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, mas como é sua atuação? Quadros (2004, p. 59) explica que “o intérprete educacional é aquele que atua como profissional intérprete de língua de sinais na educação”. Lacerda (2004, p. 01) não o define, mas salienta que:

O intérprete de Língua de Sinais é uma figura pouco conhecida no âmbito acadêmico. Os estudos existentes no Brasil e no cenário mundial são escassos, tanto no que diz respeito ao intérprete de maneira ampla, quanto a pesquisas que remetam ao intérprete educacional especificamente.

A educação é o maior campo de trabalho remunerado para o intérprete de língua de sinais. Seja no Ensino Fundamental, curso pré-vestibular ou universidade. Apesar de atuarem nesses setores da educação, não sabem definir com clareza o seu papel de intérprete na educação dos surdos. Entretanto, para entendermos a complexidade referente ao trabalho do ILS na sala de aula, é preciso, antes, que esteja claro qual o papel do intérprete na prática na escolarização do aluno surdo. Assim sendo, no texto a seguir analisar-se-ão por meio de alguns trabalhos que destacam os papéis desempenhados pelos intérpretes.

O primeiro relato é de um trabalho da pesquisadora, Cristina Broglia Feitosa Lacerda, cujo título é: **A Inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e**

intérpretes sobre esta experiência³, publicado no Caderno Cedes, Campinas, vol. 26, n. 69, p. 163-184, maio/ago. 2006. Neste trabalho foram realizadas entrevistas com todo seguimento escolar. Mas, de acordo os objetivos da pesquisa em questão, abordaremos somente a entrevista realizada com a intérprete. De acordo com a autora Lacerda (2006):

As questões acerca do papel do intérprete educacional apontadas nas entrevistas mostram que é preciso intensificar os estudos nessa área, pois em vários recortes foi possível observar o quanto essa atuação é pouco refletida e compreendida, o que determina dificuldades para esse trabalho. Uma questão central é definir melhor a função do intérprete educacional; figura desconhecida, nova, que, com um delineamento mais adequado (direitos e deveres do intérprete, limites da interpretação, divisão do papel de intérprete e de professor, relação do intérprete com alunos surdos e ouvintes em sala de aula, entre outros), poderia favorecer um melhor aproveitamento deste profissional no espaço escolar. Todavia, se este papel não estiver claro para o próprio intérprete, professores, alunos e aluno surdo, o trabalho torna-se pouco produtivo, pois se desenvolve de forma insegura, com desconfiança, desconforto e superposições. É preciso reconhecer que a presença do intérprete em sala de aula tem como objetivo tornar os conteúdos acadêmicos acessíveis ao aluno surdo. Entretanto, o objetivo último do trabalho escolar é a aprendizagem do aluno surdo e seu desenvolvimento em conteúdos acadêmicos, de linguagem, sociais, entre outros. A questão central não é traduzir conteúdos, mas torná-los compreensíveis, com sentido para o aluno. Deste modo, alguém que trabalhe em sala de aula, com alunos, tendo com eles uma relação estreita, cotidiana, não pode fazer sinais – interpretando – sem se importar se está sendo compreendido, ou se o aluno está aprendendo. Nessa experiência, o interpretar e o aprender estão indissoluvelmente unidos e o intérprete educacional assume, inerentemente ao seu papel, a função de também educar o aluno. Isso é premente no ensino fundamental, onde se atendem crianças que estão entrando em contato com conteúdos novos e, muitas vezes, com a língua de sinais, mas deve estar presente também em níveis mais elevados de ensino, porque se trata de um trabalho com finalidade educacional que pretende alcançar a aprendizagem. A questão da falta de um planejamento conjunto, da falta de um trabalho de equipe e de uma concepção mais clara do que signifique aceitar um aluno surdo em sala de aula também foi trazida pelas intérpretes. Elas se referem a tentar fazer o melhor possível num espaço adverso e cheio de dificuldades de relação, já que muitas vezes o professor não assume seu papel diante do aluno surdo, delegando funções a elas ou propondo atividades que não fazem qualquer sentido para este aluno. Falam de si mesmas como excluídas do processo educacional, à margem, buscando fazer, apesar disso, o melhor possível para que o aluno surdo desenvolva suas potencialidades no espaço escolar. Discussões constantes sobre a tarefa de cada um no espaço inclusivo, atribuições e trocas de percepções se mostram essenciais e são um primeiro passo para uma convivência tranqüila e que possa trazer ganhos efetivos ao aluno surdo. Seus depoimentos relevam ainda que tanto a escola quanto os professores conhecem muito pouco sobre a surdez e suas peculiaridades, não compreendendo adequadamente o aluno surdo, sua realidade e suas dificuldades de linguagem etc. Levantou-se também nas entrevistas a importância de haver um espaço para atualização do aprendizado de língua de sinais por parte das intérpretes, para discussões sobre o uso adequado desta língua no espaço pedagógico. Todavia, no Brasil, esta questão é percebida pelos intérpretes que realizam este trabalho, mas pouco ou nada é feito para suprir esta necessidade. Essas considerações indicam a importância de se realizarem estudos direcionados para a inclusão de alunos surdos com inserção de intérpretes de Língua Brasileira de Sinais em sala de aula, na tentativa de avaliar como este processo vem ocorrendo, como já se faz em outros países, e até mesmo avaliar os efeitos de tal processo nas séries iniciais de escolarização.

O segundo relato é de um trabalho da pesquisadora, Keli Maria de Souza Costa Silva, cujo título é: **Intérprete de língua de sinais: um estudo sobre suas concepções de prática**

³ Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v26n69/a04v2669.pdf>

profissional junto a estudantes surdos⁴. Neste trabalho foi realizada uma pesquisa exploratória na qual buscou-se apreender por meio do depoimento dos ILS as suas concepções a respeito de sua prática profissional e como esta pode contribuir com o processo ensino aprendizagem do estudante surdo.

Os depoimentos e as análises realizadas que vamos apresentar, encontra-se no capítulo IV, cujo título é: **O papel do ILS no contexto escolar**. Segundo Silva (2013), no decorrer da apresentação de um vídeo motivador para o início do grupo focal, o grupo, ao ser questionado sobre concordar ou não com o vídeo apresentado, no que se refere ao papel do ILS no contexto escolar, o colaborador ILS5 responde:

Olha o papel do intérprete realmente é assim, é o elo de transmissão. O que o professor está explicando, o intérprete está transmitindo a informação. Com coerência, sem omissão, na forma mais clara possível, eu concluo isso. (ILS5)

Notamos que este colaborador apresenta uma explicação para qual seria o papel do ILS no contexto escolar relacionada à concepção de que o ILS deve ser exclusivamente um mediador entre falantes de línguas diferentes, sendo assim, independentemente do contexto em que estiver inserido essa seria a postura considerada adequada. Outro colaborador (ILS7) participa da discussão acerca do papel do ILS apontando o que não é o seu papel, alegando que “fica menos confuso entender qual seria o papel, partindo do que não é” (ILS7). Podemos notar que a função do ILS no contexto escolar é tão complexa que muitas vezes eles próprios acreditam, de acordo com este colaborador, ser “menos confuso” definir a partir do que não é sua função. Outro trecho que merece destaque é o enunciado pelo colaborador ILS6 quando aponta que:

“o papel básico do intérprete é fazer com que haja a comunicação de uma língua para outra, de um falante para outro. É assim o básico. Mas a nossa realidade é que o intérprete de língua de sinais, em todos os âmbitos, é responsável pelos surdos.” (ILS6)

Interessante a análise que podemos fazer dessa fala, quando o colaborador aponta a interpretação entre línguas como uma tarefa básica do ILS, mas que, na realidade, seu papel vai muito mais além do que “simplesmente” interpretar, assumindo um caráter de tutoria do aluno surdo. O colaborador ILS4 também aponta o papel de tutoria dos alunos em seu discurso, num contexto em que foi solicitado a liderar uma sala na ausência do professor, no trecho:

“Não é papel do intérprete tutorar a sala, não! Mas uma vez ou outra, você ficar ali dentro de sala de aula, desde que o professor saiba que aquilo ali não é o seu papel. Eu não acho que é errado também.” (ILS4)

Vejamos que a tutoria da turma, de acordo com este colaborador, não é papel do ILS, exceto nos casos em que o professor tenha consciência do seu real papel neste contexto. Parece-nos que o colaborador necessita delimitar o seu campo de atuação e, nesse sentido, não pode assumir tarefas outras que não condizem com sua função. Entretanto, uma vez reconhecido em sua profissão e delimitado o seu papel nesse contexto, a mesma tarefa pode então ser realizada. Outro colaborador, comentando sobre o envolvimento do ILS com a escola, alerta sobre os cuidados que se deve ter com os extremos e sobre a importância de deixar claro qual é o limite.

Cuidado que a gente tem que ter com os extremos, é importante deixar claro qual é o limite. Deixar claro qual é o nosso papel, mas isso não quer dizer que a gente não possa ajudar o professor numa situação ou outra, até

⁴Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/18664/1/InterpreteLinguaSinais.pdf>

porque a gente está inserido nesse ambiente educacional, e estando inserido nesse ambiente não tem como você se abster de outras atividades que você perceba que você vai poder contribuir com o aluno de outras formas. Isso não quer dizer que você tenha que assumir a sua atividade, a sua atuação, o seu foco de trabalho. Mas eu acho assim que isso deve ser bem pensado e, como já foi dito, como esta é uma profissão muito recente, então isso é construído com o tempo, vai ser construído, acredito, com o tempo. Claro tem que ter envolvimento de todos, participação de todos, mas isso, eu penso que com o tempo vai ficar mais claro pras pessoas que estão envolvidas nesse ambiente, de qual é esse papel. (ILS2)

Através de todos esses discursos fica evidente a preocupação que os ILS colaboradores desta pesquisa têm com relação aos limites de sua atuação e aos dilemas vivenciados por eles por perceberem que estas muitas funções ainda não estão definidas, delimitadas. Podemos perceber a existência de uma tênue linha separando a atuação do ILS ora como mero mediador lingüístico ora como co-autor, em parceria com o professor visando o desenvolvimento escolar do aluno surdo. Outro ponto que destacamos na fala do colaborador ILS4 é quando o mesmo relaciona toda essa dificuldade em se delimitar o(s) papel (is) do ILS à questão das raízes históricas da constituição dos profissionais intérpretes, advindos do trabalho voluntariado e assistencialista, conforme já explicitado anteriormente, e da falta de posicionamento dos mesmos com relação as suas funções nesse contexto, talvez até mesmo por não possuírem conhecimento agregado para tal.

Eu queria falar a respeito da questão do papel do intérprete, eu acredito que vem também da questão histórica da formação do cargo de tradução e interpretação, foi um cargo que veio se constituindo de forma aleatória, sem uma regulamentação. Pessoas que trabalhavam em igrejas, filhos de pais surdos foram sendo os intérpretes, e vistos com essa visão assistencialista, com essa visão de que "eu vou ali ajudar o surdo". E a partir desse momento os intérpretes às vezes não se posicionam também, e é esse não posicionamento é que causa dentro das escolas essas confusões de papéis. (ILS4)

A questão da precarização na formação profissional dos tradutores/intérpretes, também fica marcada na participação dos colaboradores ILS7 e ILS4 quando estes, em momentos distintos, justificam uma pelo elencar do que não faz parte da profissão, de certa forma sugere nas entrelinhas que o que não é proibido é permitido e outra pela justificativa histórica já apresentada anteriormente.

5. BREVE ANÁLISE DOS RELATOS

Uma vez que a lei já deixa claro qual é a atuação do Intérprete de Libras, vamos aqui destacar o papel do intérprete no processo de escolarização do aluno surdo, bem como identificar na política de inclusão o papel do intérprete no processo de escolarização do aluno surdo, e ainda descrever esse papel por meio dos relatos a seguir.

- O primeiro relato: A Inclusão Escolar de Alunos Surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência,
- ✓ "Uma questão central é definir melhor a função do intérprete educacional; "
- ✓ "se este papel não estiver claro para o próprio intérprete, professores, alunos e aluno surdo, o trabalho torna-se pouco produtivo, pois se desenvolve de forma insegura, com desconfiança, desconforto e superposições. "

- ✓ *"o objetivo último do trabalho escolar é a aprendizagem do aluno surdo e seu desenvolvimento em conteúdos acadêmicos, de linguagem, sociais, entre outros. A questão central não é traduzir conteúdos, mas torná-los compreensíveis, com sentido para o aluno."*
 - ✓ *"o interpretar e o aprender estão indissolivelmente unidos e o intérprete educacional assume, inerentemente ao seu papel, a função de também educar o aluno."*
- O segundo relato: Intérprete de língua de sinais: um estudo sobre suas concepções de prática profissional junto a estudantes surdos,
- ✓ *"o papel básico do intérprete é fazer com que haja a comunicação de uma língua para outra, de um falante para outro. É assim o básico. Mas a nossa realidade é que o intérprete de língua de sinais, em todos os âmbitos, é responsável pelos surdos."*
 - ✓ *"Podemos perceber a existência de uma tênue linha separando a atuação do ILS ora como mero mediador linguístico ora como co-autor, em parceria com o professor visando o desenvolvimento escolar do aluno surdo."*

Pelo que se observa nos relatos, é necessário "definir melhor a função do intérprete educacional", pois "se este papel não estiver claro, o trabalho torna-se pouco produtivo, se desenvolve de forma insegura, com desconfiança, desconforto e superposições". Portanto, não se trata apenas de "traduzir conteúdos, mas torná-los compreensíveis, com sentido para o aluno", uma vez que, "o interpretar e o aprender estão indissolivelmente unidos e o intérprete assume a função de também educar o aluno", ou seja, além de "fazer com que haja a comunicação de uma língua para outra, de um falante para outro, o intérprete de língua de sinais, em todos os âmbitos, é responsável pelos surdos". Sendo assim, o intérprete não é um professor, mas faz parte da educação dos surdos, muito embora seja um profissional com a identidade em construção.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa evidenciou que o intérprete passa por confusões de papéis no momento da escolarização do aluno surdo. Compete ao intérprete saber se posicionar desde o primeiro dia do seu trabalho, esclarecendo sua função em sala de aula.

Somos sabedores que em qualquer sala de aula, o professor é a figura que tem autoridade incondicional. Assim, a figura do intérprete muitas vezes confunde os alunos, como se fossem dois "professores". É necessário deixar bem claro que o professor regente da disciplina é o responsável pela sala toda, inclusive pelos alunos surdos, o intérprete é um canal de comunicação que tem sua responsabilidade apenas com os alunos surdos.

Para o intérprete desempenhar com maestria seu papel na escolarização do aluno surdo, não basta apenas saber a língua de sinais e muito menos, entrar em sala de aula despreparado

contando apenas com o que o professor vai falar, para o aluno surdo, isso é insuficiente. O intérprete deve sim assumir seu papel, mas para isso deverá conhecer com propriedade as atribuições do intérprete.

Sendo assim, esperamos ser relevante o estudo em questão devido o esclarecimento do papel do intérprete enquanto instrumento de acessibilidade para o aluno surdo no contexto educacional inclusivo e contribuindo na forma de atuação em sala de aula visando o sucesso escolar dos alunos surdos, bem como para a sua autonomia enquanto sujeito do processo educacional.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M. S. F. **Inclusão social e municipalização**. In: MANZINI, E. J. (org). Educação Especial: temas atuais. São Paulo: Marília, 2000.

BRASIL, Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**: livro 1/MEC/ SEESP. Brasília, 1994.

FELIPE, T. A. A função do intérprete na escolarização do surdo. In: **Surdez e Escolaridade: Desafios e Reflexões**. Anais do II Congresso Internacional do INES, 17-19 de setembro de 2003.

FENEIS. **Federação Nacional de educação e Integração dos surdos**, Disponível em: <<http://www.feneismg.org.br/>>. Acesso em: 05 de jul. 2017.

LACERDA, C. B. F. de. **Intérprete de Libras em atuação na educação infantil e no ensino fundamental**. Porto Alegre: Mediação, 2009.

_____, **O Intérprete de Língua Brasileira de Sinais**: investigando aspectos de sua atuação na educação infantil e no ensino fundamental. Fev. 2008. Disponível Em: <<http://www.ppgees.ufscar.br/LACERDA%202008%20Interprete%20de%20Libras.pdf>>. Acesso em: 02 jul. de 2017.

_____, A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência. **Caderno CEDES**, Campina, vol. 26, n. 69, p. 163-184, maio/agosto, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v26n69/a04v2669.pdf>>. Acesso em: 05 set. de 2017.

_____, O intérprete educacional de língua de sinais no ensino fundamental: refletindo sobre limites e possibilidades. In: LODI, Ana Cláudia. et al. **Letramento e minorias**. Porto Alegre: Mediação, 2002.

LACERDA, C. B. F. de; POLETTI, J. E. **A escola inclusiva para surdos**: a situação singular do intérprete de língua de sinais. FAPESP/ANPED, 2004. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/27gt15/t151.pdf>>. Acesso em 06 jun. de 2017.

MARQUES, R. R.; OLIVEIRA, J. S. O Fenômeno de ser intérprete. In: QUADROS, R. M.; STUMPF, M. R. **Estudos Surdos IV**, p. 394-406. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2009.

QUADROS, R. M. (Organizadora). **Estudos Surdos III**. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2008.

QUADROS, R. M. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. Brasília: MEC; SEESP, 2004.

Secretaria de Educação Especial. Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. Brasília: MEC; SEESP, 2004.

SILVA, I. R. Línguas em contato e em conflito: a trajetória do aluno surdo na escola. In: **Actas/Proceedings II Simpósio Internacional Bilingüismo**, p. 1807-1813.

SILVA, K. M. de S. C. **Intérprete de Língua de Sinais: um estudo sobre suas concepções de prática profissional junto a estudantes surdos**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Educação. 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/18664/1/InterpreteLinguaSinais.pdf>>. Acesso em: 05 set. de 2017.

STRIEDER, R.; ZIMMERMANN, R. L. G. **A inclusão escolar e os desafios da aprendizagem**. Disponível em: <http://www.utp.br/cadernos_de_Pesquisa/pdfs/cad_pesq10/10_a_inclusao_cp10.pdf>. Acesso em: 06 jun. de 2017.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: CORDE, 1994.